

**Comentários à Prova de**
AJAJ
TRE - PE
CESPE

provas em 19/3/2017

Segue, abaixo, comentário das questões de Direito Eleitoral aplicadas no concurso para o cargo de Analista Judiciário – Área Administrativa. As questões de Noções sobre Pessoas com Deficiência estão comentadas junto à prova de AJAA, pois as questões eram as mesmas.

Antes de analisar as questões, convido você a curtir nossa página dedicada exclusivamente ao estudo de Direito Eleitoral. Temos questões, vídeos, resumos, provas comentadas e esquemas. Curta lá!

<https://www.facebook.com/eleitoralparaconcurso>

Direito Eleitoral

Questão – CESPE – AJAJ - 2017

No que concerne ao Ministério Público Eleitoral (MPE), assinale a opção correta de acordo com o entendimento do STF.

A O MPE é um ramo do Ministério Público, possui estrutura própria e tem como chefe o procurador regional eleitoral.

B O MPE só pode investigar suspeita de crime eleitoral após determinação da justiça eleitoral.

C A designação, por procurador regional eleitoral, que é membro do Ministério Público Federal, de membro do Ministério Público local para promotor eleitoral não afronta a autonomia administrativa do Ministério Público estadual.

D Enquanto exercer a função de promotor eleitoral, o membro do Ministério Público ficará afastado de sua função institucional de promotor de justiça.

E O procurador-geral da República não detém a prerrogativa de iniciar projetos de lei que versem sobre a organização e as atribuições do MPE.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois o Procurador-Geral da República exercerá cumulativamente a chefia do Ministério Público Eleitoral. O Procurador-Regional Eleitoral é quem representa o Ministério Público Eleitoral no âmbito dos TREs.

A **alternativa B** está incorreta, pois o Ministério Público eleitoral tem autonomia funcional para decidir que investigações criminais eleitorais irá instaurar, não estando condicionado à determinação da Justiça Eleitoral.

A **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão conforme entendimento jurisprudência do STF¹:

2. O fato de o promotor eleitoral (membro do ministério público estadual) ser designado pelo procurador regional eleitoral (membro do MPF) não viola a autonomia administrativa do ministério público estadual. Apesar de haver a participação do ministério público dos estados na composição do Ministério Público Eleitoral – cumulando o membro da instituição as duas funções –, ambas não se confundem, haja vista possuírem conjuntos diversos de atribuições, cada qual na esfera delimitada pela Constituição Federal e pelos demais atos normativos de regência. A subordinação hierárquico-administrativa – não funcional – do promotor eleitoral é estabelecida em relação ao procurador regional eleitoral, e não em relação ao procurador-geral de justiça. Ante tal fato, nada mais lógico que o ato formal de “designação” do promotor eleitoral seja feito pelo superior na função eleitoral, e não pelo superior nas funções comuns. 3. A designação do promotor eleitoral é ato de natureza complexa, resultando da conjugação de vontades tanto do procurador-geral de justiça – que indicará o membro do ministério público estadual – quanto do procurador regional eleitoral – a quem competirá o ato formal de designação. O art. 79, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 75/93 não tem o condão de ofender a autonomia do ministério público estadual, já que não incide sobre a esfera de atribuições do parquet local, mas sobre ramo diverso da instituição – o Ministério Público Eleitoral, não interferindo, portanto, nas atribuições ou na organização do ministério público estadual.

A **alternativa D** está incorreta, pois as funções são acumuladas. O fato de o membro do Ministério Público ser designado para o exercício de funções eleitorais não o afasta das funções habituais da promotoria.

A **alternativa E** também está incorreta, pois de acordo com o entendimento do STF²:

1. Detém o Procurador-Geral da República, de acordo com o art. 128, § 5º, da Constituição Federal, a prerrogativa, ao lado daquela já atribuída ao chefe do Poder Executivo (art. 61, § 1º, II, d, CF), de iniciativa dos projetos legislativos que versem sobre a organização e as atribuições do Ministério Público Eleitoral, do qual é chefe, atuando como seu procurador-geral. Tratando-se de atribuição do Ministério Público Federal (arts. 72 e 78), nada mais natural que as regras de designação dos membros do Ministério Público para desempenhar as funções junto à Justiça Eleitoral sejam disciplinadas na legislação que dispõe, exatamente, sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, no caso a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Questão – CESPE – AJAJ - 2017

Com base nas disposições do Código Eleitoral, assinale a opção correta.

A O partido poderá inscrever candidato para a eleição mesmo que não tenha diretório registrado na circunscrição em que ocorrerá o pleito.

¹ ADI 3802, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe 14/11/2016.

² ADI 3802, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe 14/11/2016.

B Servidor do tribunal regional eleitoral que exercer atividade partidária ficará sujeito à pena de demissão.

C Contra a apuração da votação cabe recurso ao tribunal regional eleitoral, ainda que não tenha havido prévia impugnação perante a junta eleitoral, no ato de apuração.

D O número de juízes de tribunal regional eleitoral poderá ser elevado para até nove ou reduzido ao mínimo de seis, mediante proposta do TSE.

E Toda propaganda eleitoral é de responsabilidade dos partidos, os quais responderão solidariamente pelos excessos cometidos por seus candidatos e pelos candidatos de sua coligação.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois o art. 90 do CE exige que o partido tenha diretório na circunscrição para que possa registrar candidatos nas eleições.

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão, pois a vedação está expressamente disciplinada no art. 366, do CE.

A **alternativa C** está incorreta, pois o art. 149, do CE, exige prévia impugnação para que seja admitido recurso contra a votação no ato da votação perante a mesa receptora em face de nulidades.

A **alternativa D** também está incorreta, pois admite-se a elevação até o número de 9, contudo, veda-se a redução, segundo o que prevê o art. 13, do CE.

A **alternativa E** está incorreta, pois a responsabilidade solidária se dá sempre entre candidato e respectivo partido, não abrangendo as coligações conforme se extrai do art. 241, do CE.

Questão – CESPE – AJAJ - 2017

Acerca de partidos políticos, assinale a opção correta.

A A fusão de dois partidos não é causa para o cancelamento de seus registros originais junto ao órgão civil e ao tribunal regional eleitoral.

B O detentor de mandato eletivo que se desfiliar sem justa causa do partido pelo qual foi eleito perderá o mandato.

C A responsabilidade por violação dos deveres partidários deve ser apurada e punida pelo Ministério Público.

D Para ter acesso gratuito à televisão, o partido deve ter registrado seu estatuto no tribunal regional eleitoral.

E O requerimento do registro de partido deve ser dirigido ao cartório do registro civil das pessoas jurídicas da capital do estado de registro.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois, com a fusão os registros originais dos partidos envolvidos serão cancelados.

A **alternativa B**, por sua vez, é a correta e gabarito da questão, uma vez que representa a literalidade do *caput* art. 22-A da Lei 9.096/1995.

A **alternativa C** está incorreta, pois qualquer sanção à violação dos deveres partidários somente poderá ser aplicada administrativamente pelo próprio partido ou por intermédio de processo judicial, que tramitará pela Justiça Eleitoral, não havendo prerrogativa de ser imposta sanção pelo Ministério Público.

A **alternativa D** está incorreta, pois para ter acesso ao rádio e TV o partido deverá registrado regulamente perante o TSE, não perante o TRE.

A **alternativa E**, por fim, peca ao informar que o registro será perante o Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal, como prevê o art. 8º, *caput*, da Lei 9.096/1995.

Questão – CESPE – AJAJ - 2017

Em relação ao Ministério Público Eleitoral (MPE), assinale a opção correta.

A Em caso de suspeita de infração penal, se o órgão do Ministério Público, em vez de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento da comunicação, o juiz será obrigado a atender ao pedido.

B O procurador-geral da República exercerá as funções de procurador-geral junto ao TSE e poderá designar outros membros do Ministério Público da União para auxiliá-lo.

C Em se tratando de crimes na esfera eleitoral, prevê-se ação pública ou pública condicionada, sendo o Ministério Público o titular exclusivo da ação criminal.

D A carreira autônoma do MPE foi criada pela Constituição Federal de 1988.

E O MPE atua nas áreas penal e administrativa, mas não na cível.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois o art. 357, do CE, prevê a possibilidade de o juiz eleitoral encaminhar o processo para análise do pedido de arquivamento, caso não concorde, ao Procurador-Regional Eleitoral que poderá: a) oferecer a denúncia; b) designar outro promotor para apresentar a denúncia; ou c) insistir no arquivamento, decisão que vincula o juiz.

A **alternativa B** é a correta e gabarito da questão, pois de acordo com o art. 18, do CE.

A **alternativa C**, por sua vez, está errada pois as ações são penais públicas incondicionadas, admitindo-se a ação penal privada subsidiária da pública com fundamento constitucional, no caso de inércia do MPE. Não ação penal eleitoral privada.

A **alternativa D** está incorreta, pois não há carreira autônoma para o Ministério Público Eleitoral.

A **alternativa E** está incorreta, pois o MPE atua em todas as atividades da Justiça Eleitoral, tanto em processos de natureza penal ou administrativa, como também em questões cíveis eleitorais.

Questão – CESPE – AJAJ - 2017

No que se refere a inelegibilidade, impugnação de registro de candidatura e abuso de poder, assinale a opção correta.

A Para que seja julgada procedente a representação por abuso de poder econômico, o ato abusivo deve ter potencialidade para alterar o resultado da eleição.

B A representação por abuso de poder importará na inelegibilidade do representado apenas se julgada procedente antes da proclamação dos eleitos.

C A impugnação do pedido de registro de candidato feita por um partido político impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.

D Os demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo são inelegíveis para qualquer cargo pelo prazo de oito anos, a contar da decisão válida e eficaz.

E A arguição de inelegibilidade deve ser apresentada ao TSE quando se tratar de candidato a senador e deputado federal.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois de acordo com o art. 22, XVI, da Lei Complementar 64/1990, para a configuração do ato abusivo não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam.

A **alternativa B** está incorreta, pois a inelegibilidade poderá ser decretada tanto antes como após as eleições conforme estabelece o art. 22, XIV, da Lei Complementar 64/1990.

A **alternativa C** também está incorreta, pois o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 64/1990 prevê justamente que a o recurso contra a diplomação, interposto pelo representante, não impede a atuação do Ministério Público no mesmo sentido.

A **alternativa D**, por sua vez, é o gabarito da questão, pois é justamente o que prevê o art. 1º, I, "o", da Lei Complementar 64/1990.

A **alternativa E** está incorreta, pois a arguição de inelegibilidade contra senador e deputado ficará ao encargo do TRE respectivo, não do TSE.

Questão – CESPE – AJAJ - 2017

Acerca de eleições e temas correlatos, assinale a opção correta.

A É proibido aos agentes públicos nomear para cargos em comissão nos três meses que antecedem a eleição até a data da posse dos eleitos.

B O critério majoritário é utilizado para os cargos do Poder Executivo e o proporcional para os cargos do Poder Legislativo.

C O título eleitoral do menor que completará dezesseis anos de idade no dia do pleito eleitoral é eficaz desde a data da expedição.

D O pagamento de multa aplicada ao partido por violação da legislação eleitoral não pode constar como gasto eleitoral na prestação de contas da campanha.

E No período de campanha eleitoral, é vedada a realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral.

Comentários

A **alternativa A** está incorreta, pois a nomeação para cargos em comissão constitui exceção à nomeação, conforme se depreende da leitura do art. 73, V, a, da Lei 9.504/1997.

A **alternativa B** está incorreta, por conta de que os senadores são eleitos pelo princípio majoritário e estão perante o Poder Legislativo, o que torna a afirmação incorreta.

A **alternativa C**, por sua vez, está incorreta, pois caso o título emitido ao adolescente de 15 anos que completará 16 anos antes da data das eleições somente terá eficácia quando o implemento da idade, segundo o dispositivo no art. 14, parágrafo único, da Resolução TSE 21.538/2003.

A **alternativa D** também está incorreta pois as multas aplicadas aos partidos políticos e candidatos por infração da legislação é expressamente considerado como gasto de campanha em face do que prevê o art. 26, XVI, da Lei 9.504/1997.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão, pois em período de realização da campanha eleitoral é vedada a utilização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral, segundo o art. 34, §5º, da Lei 9.504/1997.